

**SEMANA DE PESQUISA SOBRE O PAPEL E O COMPORTAMENTO DA MULHER
BRASILEIRA**

Rio de Janeiro (RJ) – 30 de junho a 06 de julho de 1975.

Local: Auditório da ABI – Associação Brasileira de Imprensa.

Patrocínio : Centro de Informações das Nações Unidas e Associação Brasileira de Imprensa.

DOCUMENTO

Durante esta semana sobre Papel e Comportamento da Mulher Brasileira, pudemos comprovar que, a partir das pesquisas e vivências dos participantes dos painéis e dos grupos que prestaram depoimentos paralelos, que a inferiorização da mulher não se restringe apenas às condições da estrutura econômica, mas resulta de um condicionamento cultural que vem sendo transmitido de geração em geração.

Qualquer discussão sobre a mulher deve partir do princípio de que vivemos num país subdesenvolvido com divisão de classes.

A realidade econômica tem como reflexo uma realidade cultural que ao mesmo tempo lhe serve de reforço.

A realidade brasileira tem como uma de suas características o desemprego; não se tratando para os desempregados, a maioria dos quais é constituída de mulheres, de uma opção entre trabalhar ou não, mas da impossibilidade de fazê-lo por falta de oportunidade.

A orientação tecnocrata da nossa economia marginaliza profissões de cunho nitidamente social tais como as que são voltadas para a saúde e educação.

A estrutura cultural tem como finalidade mascarar e reforçar esta situação criando determinados estereótipos. Com relação à mulher estes estereótipos seriam:

- 1 – enfatizar o papel da mulher apenas como mãe e “rainha do lar”;
- 2 – criar o mito da fragilidade feminina;
- 3 – incentivar o preconceito do homem com relação ao trabalho feminino na medida em que coloca a mulher como uma concorrente.

Essa realidade cultural leva a uma alienação da mulher com relação à realidade sócio-econômica e a mulher, então, perpetua os papéis de opressão a partir de seu trabalho pedagógico enquanto mãe e educadora.

Os papéis sexuais são aprendidos desde cedo pela criança através da observação da realidade cultural à sua volta e através de pressões dos grupos. Estes papéis não são naturais. São impostos culturalmente. Estas características psicológicas aprendidas permanecem, pois são adquiridas desde cedo em nível muito profundo. O primeiro contato da criança com o mundo se faz através da família. A estrutura familiar é o primeiro veículo transmissor dos valores da sociedade.

O sistema escolar reproduz e ajuda a manter os padrões de comportamento sexual culturalmente estereotipados reforçando as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres. Em cada classe social as mulheres que trabalham se concentram nos níveis mais baixos, mal pagos e desprestigiados, enquanto aos homens ficam reservadas as posições de decisão nos níveis mais altos.

É importante notar que, mais ou menos sutilmente, a escola reforça essa tendência que é apenas cultural. As meninas têm sua passividade reforçada, mas desenvolvem o seu raciocínio na mesma medida que os meninos. Assim, a ideologia da escola, mais que seus objetivos aparentes, é uma das responsáveis por essa situação de desigualdade.

Além da família e da escola, os meios de comunicação de massas também funcionam como reforçadores da condição de desigualdade entre sexos. Este é o caso dos livros de recreação e instrução produzidos para crianças e adolescentes. As imagens femininas e masculinas

transmitidas por esses livros são ainda mais rígidas e estereotipadas que a realidade que cerca a criança. Como tudo que é impresso ganha aos olhos de nossa cultura um caráter de verdade indiscutível, o conteúdo desses textos, onde se reforça sempre a oposição homem-mulher, adquire muita força como fonte de influência nos comportamentos sociais. Da mesma forma, teatro, cinema, televisão e imprensa, apresentam uma imagem de mulher ideal distorcida e coisificada que encontra no ato de consumir sua única fonte de inspiração e realização.

O trabalho da mulher continua a ser encarado como inferior e secundário ao do homem, mesmo ao se passar da produção agrícola para a industrial.

A superestrutura jurídica e política também discriminam a mulher, principalmente às pertencentes às camadas menos favorecidas da população.

Com relação aos aspectos jurídicos, temos, por exemplo: a legislação trabalhista é constantemente burlada e os mecanismos de vigilância dessa legislação são insuficientes. Muitos artigos são discriminadores quanto ao trabalho da mulher. Além disso, a legislação trabalhista proíbe o trabalho em condições insalubres para a mulher, quando deveria exigir condições de salubridade para todos os trabalhadores. Note-se, ainda que, a legislação trabalhista não atinge todos os trabalhadores do campo.

A discriminação da mulher negra é ainda mais complexa. Já que abrange também, o preconceito racial. Ela sofre duas discriminações. A primeira como negra, em que carrega a herança do passado escravocrata, e a segunda como mulher, fruto do sistema patriarcal e, portanto, de dominação masculina.

No campo médico, as pesquisas de controle da natalidade revelam um preconceito sexista na medida em que visam apenas as mulheres e lhes dá o ônus e os encargos de evitar as conseqüências de assumirem sua sexualidade e a anticoncepção.

Denunciamos também outras formas sociais de marginalização da mulher tais como a mãe solteira, a homossexual, a prostituta.

O Feminismo, ao lado de outras lutas, se propõe a combater todas essas discriminações que existem na nossa sociedade.

Cabe, a nós mulheres, procurarmos uma saída para a nossa situação de inferioridade, já que, evidentemente, não será o opressor que libertará o oprimido.

É necessário superar a dicotomia trabalho/família. A mulher não deve ser obrigada a optar entre um e outro. Os encargos da manutenção e educação dos filhos são responsabilidades não apenas dos pais, mas principalmente da sociedade.

CONCLUSÕES

Diante deste quadro, nós, mulheres brasileiras, concluímos que:

- 1 – A luta pela libertação da mulher não deve ser desvinculada da luta pela libertação do ser humano em geral.
- 2 – O primeiro passo será a tomada de consciência pela mulher de sua posição dentro da realidade sócio-econômica em que vive, havendo para isso necessidade de um amplo trabalho de re-educação.
- 3 – Para tanto, é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançarem num programa de ações concretas.
- 4 – Esse programa de ações concretas pressupõe como tarefa mínima a formação de grupos em seus vários locais de residência, trabalho, etc. para discussão, estudo e encaminhamento de seus problemas concretos.

Neste Ano Internacional da Mulher aderimos a todos aqueles que no mundo inteiro lutam contra as formas de opressão e discriminação.

COMUNICAÇÕES DO ANO

Como nossa comunicação às Nações Unidas, relativamente aos itens enfocados no Ano Internacional da Mulher, acentuamos que o Brasil se situa dentro da "Mística do Desenvolvimento" econômico em confronto com o problema da fome, desemprego, mortalidade infantil e desigualdade na distribuição de renda.

A mulher tem se limitado a sofrer as conseqüências da guerra, logo despojada de todos os mecanismos de reflexão e decisão.

Em consequência, a mulher brasileira se encontra especialmente despojada de qualquer possibilidade de atuação política consciente.

PROPOSTAS

Propomos a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá à seguinte estrutura:

- 1 – Um centro de estudo, reflexão, pesquisa e análise.
- 2 – Um departamento de ação comunitária para tratar concretamente a nível local dos problemas da mulher.

O objetivo principal do Centro será:

- Combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível, e até agora não assumido, no processo do desenvolvimento.

A nossa primeira etapa de ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatutos e o apoio ativo do maior número possível de mulheres a quem pedimos filiação.

Decidimos a criação de um jornal que tem como objetivo a veiculação e divulgação dos problemas reais da mulher, no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.

Participamos que, inicialmente, o jornal terá uma tiragem de 5 (cinco) mil exemplares e que assinaturas estão abertas a todos os interessados que podem enviar seus pedidos como também ofertas de reportagens para o jornal **EX**, na rua Santo Antônio, 1043, São Paulo, Capital.

Ainda esse jornal dependerá da colaboração direta de seus leitores, tanto nas assinaturas como na sua ampla difusão.

.....